

PATRIMÔNIO E IDENTIDADE CULTURAL: PERCURSOS DA (RE)CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.

Mariela Felisbino da Silveira¹

RESUMO: Este artigo tem como propósito trazer elementos para reflexão a respeito do processo de construção e reconstrução do objeto e dos objetivos de pesquisa no percurso da vida acadêmica. Aqui, especificamente, apresento questões ligadas às nuances e subjetividades do trabalho de campo e do lugar do antropólogo em contextos culturais familiares. Esses aspectos foram determinantes para os caminhos que minha pesquisa tomou no decorrer dos cursos de graduação e pós-graduação e que culminam em minha dissertação de mestrado intitulada “De quem é o Ribeirão: Imagem, paisagem e identidade em contextos de patrimonialização.

Palavras - chave: patrimônio cultural, identidade e patrimonialização.

¹ Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora no NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural e no IPOL – Instituto de Investigação e desenvolvimento em Política Linguística.

Introdução

No ano de 2004, ingressei no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina, e uma das minhas motivações foi o desejo de estudar temáticas relacionadas com a formação cultural da cidade de Florianópolis. Ao longo do curso senti falta de disciplinas que abordassem o assunto e saciassem minha curiosidade e estímulo iniciais. E quando passei a integrar o Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI), coordenado pela prof.^a Dr.^a Alicia Castells, vivenciei minha primeira pesquisa em campo. Era o projeto de pesquisa Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR) – Sertão de Valongo – Porto Belo/SC IPHAN/SC.

Com o passar do tempo fui amadurecendo a ideia de trabalhar algum aspecto cultural de Florianópolis desde a perspectiva do patrimônio cultural². Finalmente, em dezembro de 2007, após auxiliar na revisão bibliográfica e nas saídas de campo do levantamento preliminar do projeto Freguesias Luso-brasileiras na Grande Florianópolis³, decidi estudar em meu trabalho de conclusão de curso uma manifestação cultural apontada como forma de expressão por esse trabalho, a festa popular Zé Pereira, que tem como cenário a Freguesia⁴ do Ribeirão da Ilha, em Florianópolis. Na ocasião, a escolha foi movida, em grande parte, por conta da minha familiaridade com a região. Neste bairro, nasceram meus avôs paternos, que não cheguei a conhecer, bem como meu pai, que passou sua infância e juventude na localidade. De certa forma, adentrava neste universo tão familiar e tão distante de mim ao mesmo tempo em que tinha necessidade de resgatar a história da minha família.

Naquele momento, o objetivo era estudar a folia do Zé Pereira na Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha, uma festa que acontece desde o início do século XX e que por gerações envolve parte dos moradores locais e dos membros da Banda Nossa Senhora da Lapa. Busquei elaborar uma etnografia sobre a festa, traçando sua história desde o surgimento até a atualidade, a partir de uma abordagem teórica que privilegiou a perspectiva do patrimônio cultural e o conceito de festa nas Ciências Sociais, especialmente na Antropologia.

² Gonçalves (2005) aponta o potencial de análise da categoria patrimônio para a compreensão da vida cultural e social. Ou seja, ele parte da ideia de que podemos apreender muito a respeito da noção de cultura pela via do patrimônio cultural, que para ele pode ser definido como um elemento mediador para os domínios construídos na escala social e simbólica.

³ O Projeto Freguesias Luso-brasileiras na Grande Florianópolis foi uma iniciativa do IPHAN/SC.

⁴ As freguesias eram divisões administrativas que abrangiam as estruturas civil e eclesiástica.

Durante a realização de meu Trabalho de Conclusão de Curso deparei-me com a prática de atividades turísticas que muitas vezes usavam como argumento o discurso sobre o patrimônio cultural local. Sentia necessidade de tratar este tema de alguma forma. Ao longo do tempo, fui amadurecendo esta ideia e, mesmo depois da defesa de meu TCC, em 2010, continuei acompanhando as atividades relacionadas ao Ribeirão da Ilha, através da mídia digital e impressa e de conversas informais com parentes e amigos que residem no bairro. Assim, continuei pesquisando, pensando, produzindo materiais e participando de seminários e congressos, sempre com intuito de amadurecer o olhar sobre um lugar que sempre foi familiar para mim.

E finalmente, no ano de 2012, ingressei no Programa de Pós – Graduação em Antropologia Social da UFSC onde cursei o mestrado. A partir daquele momento, o lento e gradual processo de desconstrução da minha visão de mundo nativa a respeito do local de desenvolvimento da pesquisa, se intensificou. Foi necessário tomar distância, teórica e temporal, de minhas experiências e vivências pessoais e acadêmicas relativas ao campo de pesquisa.

Nuanças e subjetividades do fazer antropológico

A iniciação do novato em Antropologia, especificamente no curso de mestrado em Antropologia Social, acontece por meio de uma imersão nos campos da teoria e da prática. A princípio, o contato com as teorias antropológicas possibilita disciplinar o olhar teórico e metodológico para o momento da entrada no campo. Cardoso de Oliveira (1998) nos fala de uma *domesticação teórica do olhar*. Desta forma, as disciplinas que cursamos ao longo da vida acadêmica condicionariam a maneira como vemos o mundo.

Mas será que é simples assim? Apreender o *trabalho do antropólogo* não se limita ao contato com escolas antropológicas e linhas de pensamento. Para o autor, *olhar* é a primeira das três etapas para a apreensão dos fenômenos sociais seguido do ato de *ouvir* e do ato de *escrever*. Muito já se falou desta tríade, que se tornou um clássico da literatura nas ciências sociais, porém, é conveniente destacar a importância, sobretudo para nosso antropólogo iniciante, da reflexão sobre os desdobramentos destes atos tão caros à antropologia. Para Cardoso de Oliveira *olhar* e *ouvir* são atos que estão ligados, e que são revisitados, no momento em que se senta para *escrever*. Além de saber ver e escutar, é preciso saber interpretar as

relações e os fatos sociais registrados em campo. Neste momento, fica clara a importância das disciplinas acadêmicas como instrumento na construção do conhecimento sobre determinado grupo. *Olhar, ouvir e escrever* se tornam possíveis na medida em que o embasamento teórico - conceitual e a experiência apreendida em campo se encontram. Neste contexto, o contato que se estabelece entre as teorias acadêmicas e o trabalho de campo, é o ponto de partida para a constituição da língua do antropólogo dentro do jogo dos *idiomas culturais*.

Os *idiomas culturais* se expressam nas diferenças entre o mundo do pesquisador e o dos sujeitos de pesquisa. Mas o que fazer quando o pesquisador se sente, de alguma forma, parte do universo pesquisado? Como o antropólogo lida com os seus vários *idiomas culturais*? (o acadêmico e o nativo). Junto com esta inquietação vêm à tona questões relativas à ética e à subjetividade do pesquisador. Ao trabalhar com grupos com os quais se nutre algum tipo de proximidade ou afinidade, o novato logo percebe que a antropologia não se resume a teoria e método.

(Re) conhecendo os caminhos do trabalho de campo

O lugar escolhido para o desenvolvimento da pesquisa de campo coincide com um lugar de memórias e de histórias familiares, ali estão minhas raízes e minha "identidade nativa de açoriano-descendente". O exercício de distanciamento e estranhamento do campo foi, simultaneamente, um exercício de *desconstrução* de minha visão de mundo nativa. O bairro do Ribeirão da Ilha é um lugar conhecido e referenciado pelos meios institucionais como uma "comunidade tipicamente açoriana". Visão esta que eu, ingenuamente partilhava a respeito do local, inclusive durante a realização do trabalho de conclusão de curso supracitado. Somente após retomar minha pesquisa, aos poucos, fui construindo outra perspectiva em relação ao campo. Este novo ponto de vista afetou meu projeto inicial de conhecimento.

Ao buscar mais informações sobre a localidade me deparei com dados que já conhecia, mas que foram tratados, e principalmente vistos por mim, de maneira diferente. Já tinha conhecimento a respeito da história do local, sabia que outros grupos, além dos açorianos, passaram pela região ao longo da história. Mas, não havia me dado conta de que estes outros

grupos – indígenas, africanos⁵ e seus descendentes mantidos na condição de escravos na região – não foram privilegiados no processo de afirmação da identidade local. Nesse sentido, posso dizer que me senti *afetada*, de maneira similar a Favret-Saada (2005). Foi neste momento que a “ficha caiu” e compreendi que minha percepção de que os habitantes do Ribeirão da Ilha constituíam uma comunidade tipicamente açoriana precisava ser revista.

Esta mudança de percepção deu outra perspectiva ao campo e também para o que eu entendia como constituinte da minha própria identidade cultural. Para Favret-Saada, ser afetada significa “experimentar de uma forma indireta as sensações, percepções e pensamentos do outro” (2005, p. 5). Não é necessariamente empatia e, sim, a possibilidade de se colocar em um lugar que permite a comunicação involuntária com o outro. Se deixar afetar é compreender a experiência vivida em campo como um diálogo, que diminui a distância entre o pesquisador e os sujeitos de pesquisa. Neste momento, entendi que minha postura de pesquisadora-nativa estaria sempre em construção.

Na tentativa de entender o que me impossibilitava de ver os dados de outra maneira, encontrei apoio nas palavras de Velho (1987), que diz o seguinte: “A realidade (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada” (p. 129). No meu caso, esse filtro era uma espécie de mapa mental cristalizado onde estavam registradas minhas impressões, informações e estereótipos que constituíam minha visão sobre a questão. Esta imagem construída desde a infância foi sendo reforçada em minhas primeiras experiências na vida escolar onde a descendência açoriana me foi oficialmente apresentada. O envolvimento com questões mais profundas, no âmbito teórico e prático, foi determinante no processo de descristalização das imagens que constroem minha realidade familiar. A partir dessa mudança de perspectiva, pude conceber meu projeto de um ângulo que apontava para outras preocupações. Ao ver meu projeto inicial “ruir”, encontrei na minha própria decepção elementos para dar novo impulso à pesquisa.

Partindo de novos olhares e preocupações, dei início ao trabalho de campo. Meu campo, que foi composto de incursões contínuas, com duração de três a cinco dias, ao longo do ano de 2013. Neste período, retomei alguns contatos, assim como procurei outras indicações. Percorri restaurantes, mercados, praças, festas religiosas e outros locais, que me puseram em contato com o dia-a-dia da localidade. Foram realizadas observações e entrevistas abertas

⁵ A presença africana em Florianópolis é retratada na recente coletânea “História Diversa: Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina”, que traz elementos para pensarmos a presença negra na cidade, especialmente entre os séculos XIX e XX, e sua invisibilidade na memória histórica (MAMIGONIAN e VIDAL, 2013).

semiestruturadas com objetivo de compreender a relação dos moradores da localidade com as atividades turísticas e com os aspectos da região adjetivados como patrimoniais.

Minha primeira incursão iniciou-se no mês de março de 2013. Porém, antes disso, já vinha acompanhando notícias e acontecimentos relacionados ao meu campo de pesquisa. Inclusive, em dezembro de 2012, tive a oportunidade de acompanhar o 1º Festival das Ostras do Ribeirão, evento que foi determinante para o foco da minha pesquisa. Com a possibilidade de acolhida na casa de familiares, fiz idas contínuas, permanecendo por lá conforme a disponibilidade dos que me acolheram, das condições do tempo e do calendário de atividades do bairro.

Entre as atividades que pude acompanhar na localidade, cito apresentações musicais na Praça Hermínio Silva, promovidas pela maratona cultural; encenação da paixão de Cristo, organizada por membros da comunidade local; Festa do Divino Espírito Santo e saídas de estudos com crianças em idade escolar, e visitação de turistas, que vão ao bairro para conhecer o patrimônio do local. Além de acompanhar estas visitas, aproveitava a estadia na localidade para fazer caminhadas, observações, contatos e entrevistas com moradores. Inclusive, a vivência na casa das pessoas que me acolheram permitiu acesso a detalhes, informações e histórias que não seriam possíveis de registrar por meio das entrevistas.

Quando não estava fisicamente em campo, acompanhava as notícias sobre a localidade na mídia e nas redes sociais, tais como *Facebook*, ferramenta que acabou sendo uma das fontes de informação para o trabalho. Ainda hoje acompanho páginas de eventos da localidade, restaurantes e instituições religiosas. Além disso, meus parentes e conhecidos que residem na região são fontes constantes de informação e estão sempre me contando as novidades ou compartilhando alguma memória afetiva do bairro.

Mesmo depois de ter concluído as incursões em campo, vez ou outra, eventos relacionados à temática açoriana na cidade de Florianópolis me chamavam, e ainda hoje, me chamam atenção. Em agosto de 2014, quando já estava dedicada à escrita da dissertação, decidi fazer uma visita ao 21º Açor – Festa da Cultura Açoriana em Santa Catarina, que aconteceu na Freguesia de Santo Antônio de Lisboa, na região norte da Ilha de Santa Catarina. Este evento, organizado pelo NEA – Núcleo de Estudos Açorianos –, é uma das estratégias para a divulgação e valorização da cultura e identidade açorianas alavancadas pelo chamado movimento açorianista. O referido evento percorre as diversas cidades do litoral catarinense que possuem elementos da cultura de base açoriana. O local escolhido para a realização da festividade em Florianópolis, assim como o Ribeirão da Ilha, é uma das freguesias fundadas por

migrantes açorianos que se instalaram na região. O espaço organizado para o evento tinha disposição semelhante à de outros eventos que acompanhei, tais como Fenaostra, Festival da Tainha e Festival das Ostras.

Na programação, estavam elencados diversos grupos folclóricos que se apresentaram em um palco junto à praça de alimentação destinada ao consumo de “gastronomia típica do litoral catarinense”. Também havia dois blocos de estantes para exposição, o primeiro destinado às fundações, instituições culturais e festividades dos municípios participantes. Um dos estandes que me chamou a atenção foi o do 18º Festival do Pirão de Barra Velha, prato comum entre a população indígena que habitava o litoral catarinense, apropriado e ressignificado pelas populações migrantes:

Os índios que moravam aqui eram os Guarani, então os açorianos chegaram e conheceram um prato que o pessoal chama de açoriano que é o peixe frito com pirão, não é açoriano, é o açoriano que aprendeu com o índio e aí saiu esse prato: ah! Comida açoriana, peixe frito com pirão, não existe, pirão eles nem sabem o que é lá nos Açores. (palestrante, ecomuseu do Ribeirão, 2013).

O pirão, uma mistura de farinha de mandioca e água quente, foi revestido de novas significações ao longo do tempo, ao ponto de ser considerado um prato tipicamente açoriano, quando enunciado aos turistas nos diversos restaurantes não só da localidade, Ribeirão da Ilha, como na cidade de Florianópolis.

Outro espaço que me chamou atenção foi a Exposição das Escolas Municipais de Florianópolis que aderiram ao Projeto do 21º Açor. O projeto levou às escolas temáticas do universo da cultura açoriana para serem trabalhadas em sala de aula. O resultado do trabalho estava exposto em *banners* que explicavam as metodologias e os resultados da ação entre as crianças. Um dos projetos, intitulado: “Preservação da saúde e cultura dos nossos antepassados utilizando plantas da cultura de base açoriana” foi realizado na Escola Básica Municipal Dom Paschoal Apóstolo, localizada no Ribeirão da Ilha.

Entre as atividades oportunizadas pelo projeto estão: mapeamento das plantas medicinais usadas na região através de entrevistas com a comunidade; pesquisa de dados sobre as plantas medicinais mencionadas; cultivo das espécies em um herbário para posterior acesso da população local; elaboração de um livro de pesquisa com as plantas mencionadas e, finalmente, uma comparação entre as plantas catalogadas no livro com as espécies encontradas no arquipélago dos Açores. A experiência escolar ensina a pensar e atuar em relação ao seu grupo de pertencimento. Esta passagem, embora pontual, me fez pensar na influência da escola,

um dos veículos de transmissão cultural, e na minha própria formação identitária de açoriano-descendente.

No ano de 2014 tive oportunidade de me aproximar do universo institucional do patrimônio cultural na superintendência do IPHAN-SC como consultora da área de patrimônio cultural. Minhas atividades aconteceram no âmbito do projeto “Difusão da Política do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil” desenvolvido pela UNESCO – Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. E foram oportunas para o desenvolvimento da dissertação. Até então meu envolvimento com a temática estava restrito ao mundo acadêmico por meio de leituras e sucessivos trabalhos de campo que, embora fossem intensos, não me davam uma visão realmente ampla da temática do patrimônio. No decorrer das atividades da consultoria, passei a experimentar o campo do patrimônio sob outra ótica e, assim, fui construindo minha própria experiência.

Dentro do mundo, institucional tão criticado pelos colegas da academia, descobri novos ângulos de observação deste vasto universo em que as políticas do patrimônio cultural brasileiro se inserem. Desta forma, pesquisadora, antropóloga e, por que não, “nativa” se colocaram em relação para apreender novos conceitos e pontos de vista.

Outro aspecto importante, discutido e apresentado na pesquisa é a objetificação da cultura local através do cultivo, comercialização e consumo da ostra, que tem sido respaldada por um discurso que naturaliza e insere a maricultura na localidade adjetivada de “berço da ostra catarinense”.

O molusco é apresentado como marca identitária local e está presente nas práticas e na dieta da localidade, desde muito tempo, seu manejo e preparo fazem parte das narrativas dos moradores mais antigos do bairro. Porém, no momento do consumo, estas lembranças se dissolvem no tempo e não chegam a compor a açorianidade, tão aclamada, e ao mesmo tempo, objetificada. Mas, em contrapartida, ações como a certificação da marca local da “Ostra de Florianópolis”, apontam para estratégias de afirmação identitária, frente aos contextos globalizantes. Nas palavras de Agier (2001) “o apelo global e o apego do local” explicitam o caráter de permanente construção relacional das declarações identitárias. É a identidade local que se projeta, e se distingue, mundialmente.

Algumas considerações

Finalmente, após a experiência de (re)construção do objeto e dos objetivos de pesquisa, iniciei a dissertação apresentando uma síntese histórica da construção da açorianidade na região trazendo à tona a discussão acerca dos conceitos de comunidade e identidade, especialmente em relação às estratégias de valorização e manutenção da identidade açoriana promovidas no município de Florianópolis, bem como sua repercussão em localidades com forte presença da figura do açoriano-descendente, como é o caso do Ribeirão da Ilha.

Além disso, discutiu-se a respeito da concepção de turismo cultural e sua relação com lugares patrimonializados, bem como, o uso e a construção da imagem patrimonializada da localidade e as articulações feitas por moradores e instituições que se apropriam desta imagem. As motivações, estratégias e posicionamentos diante das questões que emergem na localidade, entre elas a patrimonialização e a essencialização para fins turísticos. Para Abreu (2005; 2012), patrimonializar pressupõe uma seleção intencionalmente limitada do objeto, que terá somente um de seus inúmeros aspectos destacados. Neste sentido, há um movimento de apagamento das memórias polissêmicas e das simultaneidades temporais que habitam a vida cotidiana de bens, espaços e práticas passíveis de patrimonialização.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Regina. Colecionando museus como ruínas: percursos e experiências de memória no contexto de ações patrimoniais. In: ILHA – Revista de Antropologia / Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós - Graduação em Antropologia Social. V. 14 Nº 1 – Florianópolis: UFSC/ PPGAS, 2012.
- ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. In: Sociedade e Cultura. Revista de pesquisas e debates em Ciências Sociais. Universidade Federal de Goiás. V. 8, Nº 2, 2005.
- AGIER, Michel. Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização. In Mana, V. 7, Nº 2, Rio de Janeiro, p. 7-33. 2001.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: O trabalho do antropólogo. Brasília: Paralelo 15, São Paulo: UNESP, 1998.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. In Cadernos de Campo. Nº.13, São Paulo, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As Culturas como Patrimônios. In Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, 2005.

MAMIGONIAN, Beatriz G. (Org.); VIDAL, J. Z. (Org.). História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

VELHO, Gilberto. Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.